

AS ÁGUAS OUTORGADAS PARA IRRIGAÇÃO NO ALTO SERTÃO SERGIPANO: QUANDO A LUTA PELA TERRA NÃO MIRA O ACESSO A ÁGUA.

Avaní Terezinha Gonçalves Torres¹; Andressa dos Santos Freire²; Larissa de Sá Gomes Leal²;
Antônio Marcos Gomes Lisbôa².

¹Docente da UFRPE, Serra Talhada – PE, Brasil. ²Graduando(a) em Agronomia, UFRPE, Serra Talhada, PE, Brasil

E-mail: avanitorres@yahoo.com.br

Resumo do artigo: A partir da instituição da lei 9.433/97 as demandas de uso das águas passaram ser regidas por elementos de gestão hídrica, entre eles a outorga e cobrança da água administrados pela Agência Nacional das Águas (ANA). A outorga é uma licença de uso cujo possuidor passa a ter o direito de captar água e/ou lançar efluentes num corpo hídrico. A titulação da outorga poderá representar elementos de coerção ou disputa já que podem ser transferíveis caso obedçam aos mesmos critérios de uso. Cabendo a reflexão, sob qual domínio se encontra a outorga da água dos assentamentos rurais e projetos hidroagrícolas? Em Canindé de São Francisco (SE), objeto de estudo desse artigo, as outorgas encontram-se sob a tutela da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF). Nesse trabalho foram coletados os dados das outorgas emitidas da bacia hidrográfica do Rio São Francisco de 2001 a 2015 do cadastro da Agência Nacional das Águas (ANA). A evolução das demandas e os acumulados ao longo dessa série temporal apontam, diante da crise hídrica no rio São Francisco (BR), para a formação de hidroterritórios impulsionados pela ineficiência da gestão hídrica da ANA que continua emitindo novas outorgas.

Palavras-chave: CONFLITO HÍDRICO; SEMIÁRIDO; HIDROTERRITÓRIO; OUTORGA.

Introdução

Desde do ano de 2003 na bacia hidrográfica do rio São Francisco, região com maior potencial de agricultura do Nordeste Brasileiro, são emitidas outorgas de uso da água para captações de água a partir de 4m³/s e para lançamento de efluentes. A outorga é uma licença de uso cujo possuidor passa a ter o direito de captar água e/ou lançar efluentes num corpo hídrico declarando informações imprescindíveis para a gestão, a exemplo: tipo de finalidade, volumes, localidade, e no caso da irrigação pode-se observar inclusive a área, tipo de irrigação e de cultivo. Os empreendimentos que demandarem tais vazões de retirada no rio São Francisco, por vezes ocorrem em projetos hidroagrícolas sob a jurisdição de instituições da CODEVASF ou do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Porém a titularidade da maioria dos projetos hidroagrícolas encontram-se centrados numa única outorga emitida para a instituições acima citadas. A partir dessa inquietação e da severa crise

(83) 3322.3222

contato@conidis.com.br

www.conidis.com.br

hídrica que se encontra o vale do São Francisco, essa pesquisa buscou verificar quais os setores que demandam mais água no rio São Francisco? Quais municípios captam mais água? A qual volume? A ideia foi verificar por meio da concentração espacial casos diferenciados de profunda exploração da água. A evolução das demandas ao longo da série temporal apontou inclusive para possíveis hidroterritórios que são, uma formação espacial delimitada pelo tensionamento e conflito decorrente do jogo de forças para se obter a gestão e posse da água nos territórios, enquanto instrumento de poder político-econômico e social (TORRES, 2007). Para tanto, também foram considerados como instrumento de coleta de dados, pesquisas documentais secundárias e documentos institucionais das outorgas.

A ideia é espacializar os dados georreferenciados das concessões e verificar por meio da concentração espacial casos diferenciados de profunda exploração da água. Dessa forma será possível verificar quem são os "donos das águas" do rio São Francisco. A ANA disponibiliza informação no sistema on-line, porém, este possui poucos elementos para a análise espacial precisa. Muitas das outorgas espacializadas no SNIRH não permitem a leitura correta da informação, porém, no cadastro de outorga foi possível tabular os dados de forma a verificar quais os maiores volumes outorgados por municípios, de forma a possibilitar verificar se existiam conflitos hídricos.

Com o intuito de avaliar a espacialidade das outorgas concedidas na bacia do rio São Francisco desde sua implementação em 2003, foi elaborado uma metodologia que faz parte da tese de doutorado intitulada: "*Os Meandros da Política Hídrica do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco: representatividade, efetividade, e formação de hidroterritórios*", que se encontra em fase de redação final. Com os dados referente a emissão de outorgas para a bacia do rio São Francisco, tabulou-se a informação procurando agrupar pela noção primária de qual tipo de uso destina os volumes de água outorgados. A partir desse divisor, procurou-se ordenar os dados com a dimensão temporal elaborando mapas para cada ciclo de dois anos. Portanto, foram pesquisados os dados de todos os outorgados, em todos os usos múltiplos que existem na bacia. Interessante alertar que a maioria das solicitações de concessão de outorga para irrigação, foi permitida mesmo com o quadro de escassez hídrica que se perpetua desde os anos de 2010.

Metodologia

A metodologia para a observação do fenômeno de titularização do direito de uso da água (89) 3322-9222 outorga da água utilizada nesse artigo para avaliar a gestão, toma como base o contato@conidis.com.br

direito de uso concedido e espacializado observando a dimensão territorial municipal em que a outorga se encontra. Um potencial usuário ao solicitar cotas de direito de uso da água através da outorga, tem que informar o local em formato de ponto georreferenciado. Tal informação foi somada nos polígonos municipais para sistematizar a soma dos volumes de outorga dos municípios na tentativa de observar casos mais relevantes de direito de captação, bem como, para averiguar se se existia uma correlação entre o volume de água outorgado e a ocorrência de conflitos hídricos.

O objetivo dessa análise é verificar até que ponto a metodologia elaborada para aglutinar as outorgas, por período no polígono de cada município, de fato, servia para identificar temporalmente, os conflitos de uso e dominação das águas nos territórios. Para tanto, também foram considerados como instrumento de coleta de dados, pesquisas documentais secundárias e as documentações institucionais sobre a temática água ou recursos hídricos bem como as entrevistas semiestruturadas realizadas nos trabalhos de campo e abordagem in loco com as lideranças das comunidades tradicionais e funcionários de órgãos públicos estaduais nas diversas visitas a região por ocasião da participação da autora enquanto membro do comitê de Bacia do Rio São Francisco no período de 2010 a 2012.

Dessa forma pode-se verificar desde traços culturais na formação do território em disputas, suas motivações, possíveis resistências e entraves das políticas elaboradas para o desenvolvimento da região, ao longo do processo histórico de formação territorial que transformaram a vida das comunidades tradicionais dos que habitam esse município localizado as margens do rio São Francisco.

Resultados e discussão

Partindo dos pressupostos apontados acima, buscou-se observar quais os municípios que apresentaram maior volume de água outorgado desde o ano de 2003. Já no primeiro dos mapas das outorgas de uso para irrigação, do ano de 2003-2004, pode-se perceber que os municípios de: Canindé de São Francisco- SE na região fisiográfica¹ do Baixo São Francisco, e Sobradinho- BA na região fisiográfica do Submédio, são os que mais tiveram direito de captar água (FIGURA 1). Cabe definir que nesse mesmo mapa ao município de Nova Porteirinha – MG também está nesse mesmo ranking e o mesmo apresenta uma série de conflitos de origem hídrica, porém, assume-se como delimitação espacial desse artigo o estudo do hidroterritórios de Canindé de São Francisco (SE).

O município de Canindé de São Francisco, no estado de Sergipe (SE) está situado na sub-bacia do rio Jacaré, cuja a área é de 902.25 Km², com uma população 24.686 habitantes no

(83) 3322.3222
O rio São Francisco possui quatro regiões fisiográficas: O Alto, Médio Submédio e Baixo.
contato@conidis.com.br

ano de 2010, sendo 14.067 de habitantes da zona urbana e 10.626 na zona rural. Situado na região do Alto Sertão Sergipano, na região hidrográfica do baixo São Francisco. O início da ocupação da região do Alto Sertão Sergipano ocorreu porque Olinda e Salvador, centros açucareiros, necessitavam de animais e alimentos. O povoamento não teve nenhuma política de interiorização por parte dos colonizadores portugueses, sendo os rios, caminhos naturais mais propícios para as ocupações, em particular no rio São Francisco por sua perenidade

“O gado foi sempre um servo da cana; ocupava áreas pioneiras à sua espera e cada vez se distanciava mais do litoral, tendo, conseqüentemente, que ir alongando cada vez mais as suas caminhadas para chegar aos centros de consumo. Foi ele que desbravou e ocupou ... [n]o Vale do São Francisco e [n]os campos de Sergipe ...”. (Andrade, 2005: 105).

Em 30 de Junho de 1856, o Presidente da Província do Sergipe afirmou num ofício da câmara municipal de Porto da Folha que:

‘... as terras deste Município são quase estéreis, infrutíferas por ser Sertão sujeito a muitas secas; nenhuma produção e nenhum gênero de cultura é aqui abundante e florescente, por quanto a criação de gado vacuum é o ramo de que se serve a maior parte dos habitantes, o que faz algumas fortunas de alguns... nas margens do Rio São Francisco nos lugares de várzeas, e lagoas cultivava-se o arroz em grande quantidade cuja produção ... necessita de boas cheias ou grandes inundações ... e não é tão perecedora com a de milho e feijão, que não obstante produz em pequena porção’ (...). ‘... e ao ser vaqueiro se entregarão a maior parte dos habitantes, além do uso da pesca nas margens do Rio, e da cassa os do centro...’ (Teixeira da Silva, 1981: 22)

A exploração dos recursos naturais ocorria em ritmos de extrativismo pois a técnica não proporcionava grandes rendimentos das culturas de “subsistência”. A terra da região, era de pouca serventia para a agricultura com exceção das terras de aluvião, das lagoas marginais e charcos destinados para a plantação do arroz em épocas de fartura das águas do São Francisco. O caminho do trabalho encontrava-se na “lida do gado” conforme afirma o presidente da província, gestor do território. Cento e quarenta anos após, a estrutura de classes e a participação delas na economia sergipana, revela que no alto sertão sergipano, na região de Xingó ainda possui resquícios da vocação natural para o gado, mas a técnica da agricultura irrigada proporcionou outras colheitas.

Essa estrutura agrária concentradora permaneceu intocada por cerca de dois séculos, até o final do século XX. No censo agropecuário de 1985, apenas 8 propriedades representavam 48% do total da área total de todos os estabelecimentos agrícolas. As pequenas propriedades com menos de 10 hectares representavam nesse mesmo ano, 1,59% do total da área dos estabelecimentos agrícolas de Canindé do São Francisco. A grande concentração de terras que existia anteriormente apontava apenas a ponta do iceberg do jogo de forças imposto pela estrutura agrária controlada basicamente pelo latifúndio e o coronelismo, frente as comunidades tradicionais nessa localidade.

(83) 3322.3222

contato@conidis.com.br

www.conidis.com.br

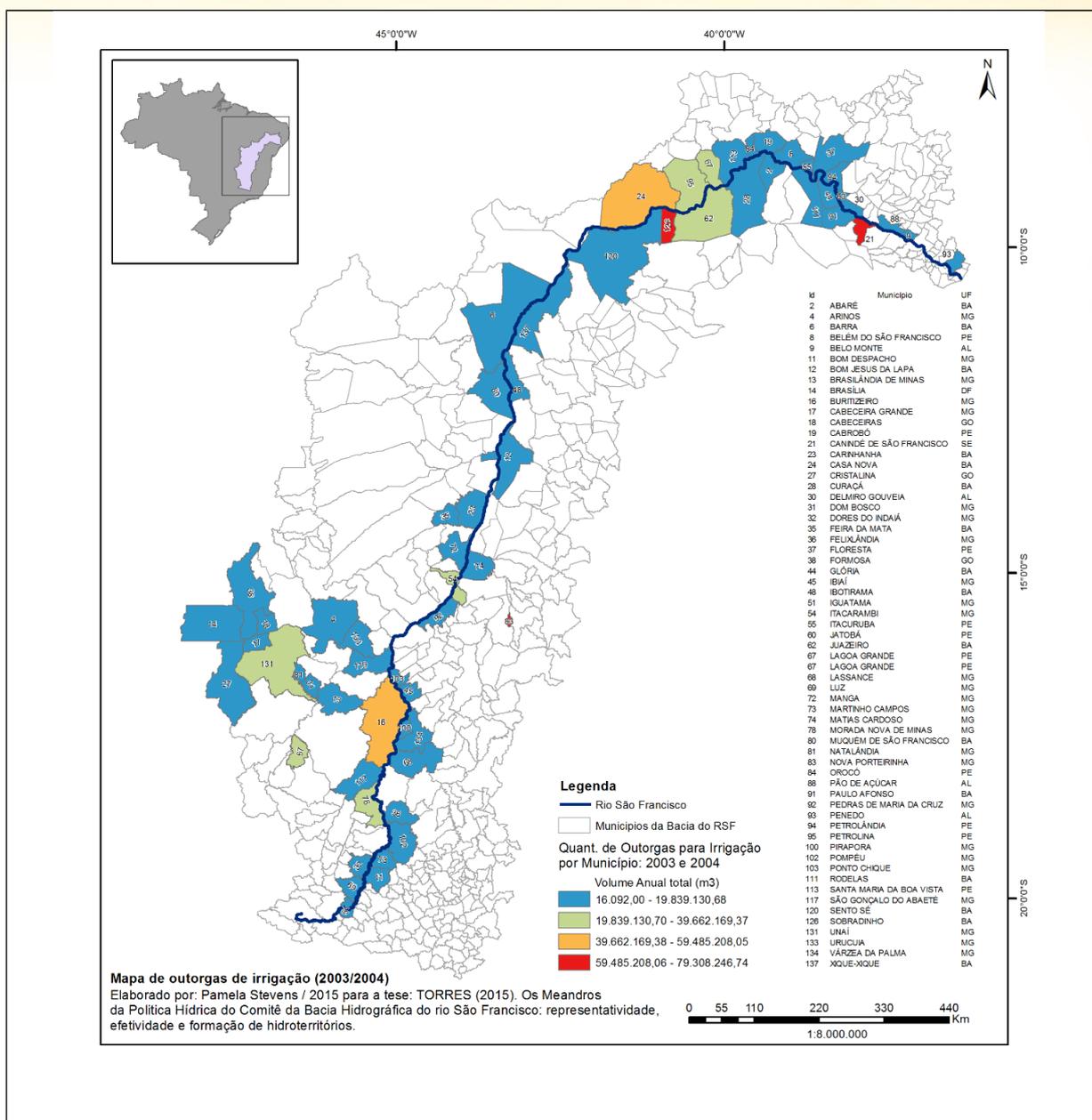


Figura 1 - Mapa das Outorgas concedidas para irrigação no Rio São Francisco (2003-2004)
Elaborado por Pamela Stevens a partir da sistematização de Torres (2015) /Fonte: ANA (2015)

Talvez por isso, uma característica do processo histórico de ocupação a partir do final o século XX seja a presença de diversos povoados surgidos a partir de acampamentos do movimentos sem-terra que mudaram totalmente essa realidade. Segundo SERGIPE (2008)

Contribui para esse processo o próprio Estado, através da construção de conjuntos habitacionais rurais, que vêm consolidar o surgimento dos pequenos povoados. Dentre eles pode-se destacar o conjunto vinculado ao Projeto de Irrigação Jacaré-Curitiba, às margens da SE-230, área vizinha ao Projeto Califórnia. Há ainda, circundantes ao Jacaré-Curitiba, áreas de colonização implantadas ou em implantação nos municípios de Canindé do São Francisco e Poço Redondo. (...). Em

Canindé do São Francisco há também a Colônia Santa Rita, primeiro projeto sob responsabilidade da COHIDRO².

Já na atualidade, o município de Canindé de São Francisco (SE) teve em seu recente processo de desenvolvimento, embates e disputas por terra e água que ocorrem principalmente a partir da implantação da barragem da hidroelétrica de Xingó, um dos marcos da transformação territorial do município, no final do século XX. Os municípios do entorno da área inundada para enchimento do lago da usina tiveram sua espacialidade modificada, porém, a política trouxe também, novos aportes de água e possibilidade de produção para a área de influência. No ano de entrega do empreendimento da represa de Xingó, em 1994, também foi apresentado um estudo de avaliação do potencial das terras para a irrigação no Nordeste. As transformações não são apenas positivas, para as cidades a jusante da represa, o regime natural de períodos de estiagens e de cheias passaram a ser em grande parte norteados pela a operação afluente a jusante da represa. Segundo Brasil (2004)

“Os aproveitamentos da água para geração de energia, desencadeados a partir da construção da barragem de Sobradinho, modificaram as condições de escoamento no Baixo São Francisco, onde a navegação comercial praticamente desapareceu. Além disso, a construção da barragem de Sobradinho também provocou mudanças na atividade econômica no Baixo São Francisco, a qual era função das oscilações do nível do rio, entre o período de cheias e vazantes, e da coincidência com a estação chuvosa, para exploração da rizicultura e para procriação dos peixes. Mesmo com a adoção de medidas artificiais para tentar restabelecer as condições anteriores à construção do reservatório, por meio de proteção das grandes várzeas com diques e bombeamento, ora para levar água do rio para elas, ora para drená-las, a base econômica não foi restabelecida. Posteriormente, com a construção da barragem de Xingó, pela falta de carreamento de sedimentos, a situação da ictiofauna se agravou, e praticamente extinguiu a pesca como atividade econômica sustentável”.

Desde o ano de 1990, a partir da construção da Hidroelétrica de Xingó, no Alto Sertão sergipano e particularmente no município de Canindé de São Francisco, ocorreram modificações não só a paisagem, mas em toda a sua estrutura fundiária. O modo de vida das populações tradicionais que habitam a área de influência da represa foi modificado não apenas pelos novos volumes de água proporcionados pelo enchimento do lago de Xingó, mas, principalmente pela mudança na estrutura fundiária desse município por estar na área de influência dessa política implementada para a produção de energia. O Alto Sertão sergipano teve sua população incrementa significativamente nas três últimas décadas, ela mais que duplicou. Segundo o Incra (2006):

“Nos últimos trinta anos o Alto Sertão Sergipano teve sua população total duplicada e a domiciliada no meio rural cresceu 1,4 vez, tendo simultaneamente

² Antes da Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe (COHIDRO) existir quem administrava os assentamentos rurais criados pelo governo estadual, tanto irrigados, quanto os de sequeiro era a Fundação de Assuntos Fundiários do Sergipe (FUNDASE).

crecido o número de estabelecimentos sem a contrapartida no aumento da área por eles apropriada. Efetivamente, os estabelecimentos cresceram, entre 1970 e 1996, a uma taxa anual de 1,5%, similar ao desempenho da população rural no período 1970-2000. Em relação ao uso dos solos, assistiu-se a um crescimento das lavouras e das pastagens de, respectivamente, 3,3% e 0,5% ao ano. Em números absolutos a população, entre 1970 e hoje, passou de 60 mil para 120 mil, com a população rural respondendo por 1/3 desse crescimento. Verdade que a população rural de 2000 é semelhante a 1980, apontando, portanto, para a existência de inflexões no desempenho demográfico da região.”

Com a pressão do incremento populacional e a realização de uma política de crescimento econômico, em parte direcionado pelo modelo produtivo agropecuário tecno-produtiva implementado pela CODEVASF, ocorreram mudanças abruptas nas vidas dos das populações tradicionais situadas no entorno hidroelétrica. Em particular, os arroteiros e pescadores do baixo São Francisco foram impactados já que ocorreu o esgotamento das fontes de alternativas de renda (caça, pesca, arrozais). Impossibilitados de acréscimo das transferências na composição da renda proporcionados pelo incremento da população, muitas comunidades tradicionais migraram para atividades assalariadas como alternativas de garantir o sustento da família. Em termos fundiários, ainda segundo o INCRA (2006):

(...) O Alto Sertão Sergipano passou de região de expansão agrícola, nos anos 60, para, nas duas décadas seguintes, primeiramente, incorporar essas terras à produção, e, em um segundo momento, sofrer processos de subdivisão das médias e pequenas propriedades e de êxodo das populações rurais. Nos anos 90, assiste-se a uma mudança radical nesse movimento, com o crescimento da população rural, processo que decorreu da instalação de projetos de assentamentos realizados em resposta às pressões e lutas do MST.”

Dessa forma, em março de 1997 aconteceu uma marcha com cerca de duas mil pessoas, de Canindé para Aracaju, com o intuito de reivindicar a desapropriação do complexo Jacaré-Curituba. A organização do MST conseguiu uma audiência com o Presidente da República da época, Fernando Henrique Cardoso. O Jacaré-Curituba foi um marco da conquista da luta pela terra, pois esse assentamento era destinado a classe empresarial e sendo a primeira experiência do INCRA dotada de infraestrutura para irrigação. De fato, as negociações promoveram o acesso à terra, mas durante o processo várias ameaças de morte, intimidação do poder judiciário aconteceram. Segundo LOPES (2015)

“Queima de barracos aconteceu na fazenda Queimada Grande, em Canindé do São Francisco, onde jagunços contratados pelo latifundiário tocaram fogo nos barracos de 150 sem-terra que ocupavam a área. Os jornais semanários Ação Popular (edição de 31/10/99, com a manchete: “Polícia toca fogo em sem-terra”) e CIFORM (edição de 01/11/99, com a manchete: “Delegado é acusado de tocar fogo em barracos”) noticiaram que o delegado de polícia de Santo Amaro das Brotas mandou tocar fogo nos barracos do acampamento Campo Grande, naquele município, onde 60 famílias de sem-terra, mobilizados pela FETASE, estavam acampadas dentro de uma área desde o dia 01/10/99. As chamadas chegaram a atingir, inclusive, um dos acampados.”

Mesmo com a conquista da terra, as desigualdades e contradições profundas ainda são observadas na atualidade inclusive através dos dados estatísticos. Em 2015, o município possui trinta assentamentos rurais, resultado da luta pela terra, e são nesses termos que se encontram outras contradições. Por um lado, tem-se nessa localidade a maior renda per capita do Estado, por causa dos royalties da produção de energia produzido na usina de Xingó, sob a propriedade da CHESF. Também ocupou em 2013, o posto de município com o maior número de famílias (3.053 11) em ocupações de terra e segundo em número de assentamentos rurais, trinta deles, com uma área total de 33.590 Ha e 1.375 famílias do período de 1988 a 2013 (DATA LUTA, 2015). Por outro lado, detém um percentual elevado, 70 % de sua população (2003)³, situado na linha de *pobreza relativa*, como Crespo e Gurovitz (2002) afirmam:

“ O conceito de pobreza relativa é descrito como aquela situação em que o indivíduo, quando comparado a outros, **tem menos de algum atributo desejado, seja renda, sejam condições favoráveis de emprego ou poder**. Uma linha de pobreza relativa pode ser definida, por exemplo, calculando a renda per capita de parte da população. Essa conceituação, por outro lado, torna-se incompleta ao não deixar margem para uma noção de destituição absoluta, requisito básico para a conceituação de pobreza, em termos de população situada na extrema pobreza. ”.
(Grifos nosso)

Com relação aos domicílios em extrema pobreza, Canindé de São Francisco apresenta números igualmente preocupantes já que, assim como toda região do alto sertão Sergipano, pelo menos ¼ dos domicílios estão em situação de extrema pobreza⁴. Como nova política promovida para diminuir as desigualdades no município foi pensado trazer água através do “Canal de Xingó, uma obra estima em\$ 2,4 bilhões, será executada em Regime Diferenciado de Contratação (RDC). Esse tipo de contratação pode ser utilizado no Brasil para as ações do PAC, por todos os entes federativos e também para a construção de obras de saúde, sistemas públicos de ensino e várias outras alternativas sem a necessidade de licitar dada a justificativa de que as obras sejam realizadas com celeridade. A princípio esse regime foi criado para atender as obras de infraestrutura necessárias para os grandes eventos que estava por vir: a copa do mundo e as olimpíadas, porém, em seguida a legislação foi se tornando mais abrangente para atender outras obras sem a burocracia dos processos licitatórios tradicionais. Com esse tipo de regime de contratação e sob a responsabilidade de execução da CODEVASF, a nova infraestrutura hídrica atenderá novas áreas de municípios baianos e sergipanos⁵. Segundo a Companhia na expressão de seu presidente Sr. Elmo Vaz

“Quando estiver concluído, o canal deverá alcançar cerca de 300 quilômetros de extensão, ampliando a oferta de água em cinco municípios sergipanos e dois

³Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 e Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF2002/2003

⁴ Em 2011, o governo federal fixou como linha oficial da extrema pobreza o rendimento nominal mensal domiciliar até R\$ 70,00 per capita.

⁵ Em Sergipe: Canindé do São Francisco, Poço Redondo, Porto da Folha, Monte Alegre de Sergipe e Nossa Senhora da Glória. Na Bahia: Paulo Afonso e Santa Brígida

municípios baianos. Além de ofertar água para consumo humano, o Canal do Xingó irá fortalecer vocações econômicas da região, como a agricultura irrigada e a pecuária leiteira”.

O Canal será concretizado por etapas, na primeira terá aproximadamente 130 quilômetros de extensão, porém estranha-se o desenho traçado para o projeto do canal que começa no estado da Bahia e perpassa até o Alto Sertão sergipano num paralelo as margens do rio São Francisco semelhante aos meandros dos rios, o que provoca um certo estranhamento já que seria bem mais lógico (e provavelmente mais econômico) traça-lo considerando aspectos fisiográficos dada a proximidade do rio (FIGURA 2) A captação da água, será no reservatório de Paulo Afonso, no rio São Francisco. O presidente da Codevasf, Elmo Vaz durante a assinatura da ordem de serviço, em Canindé de São Francisco, declarou:

“Essa obra é um sonho tanto para o estado de Sergipe como da Bahia. É um canal de usos múltiplos, que vai beneficiar não apenas as comunidades com abastecimento humano, mas também vai prover irrigação e promover o desenvolvimento regional. A Codevasf tem uma boa experiência na construção de canais e temos bagagem para fazer uma obra com celeridade, para que a população possa ter o benefício com mais rapidez”.

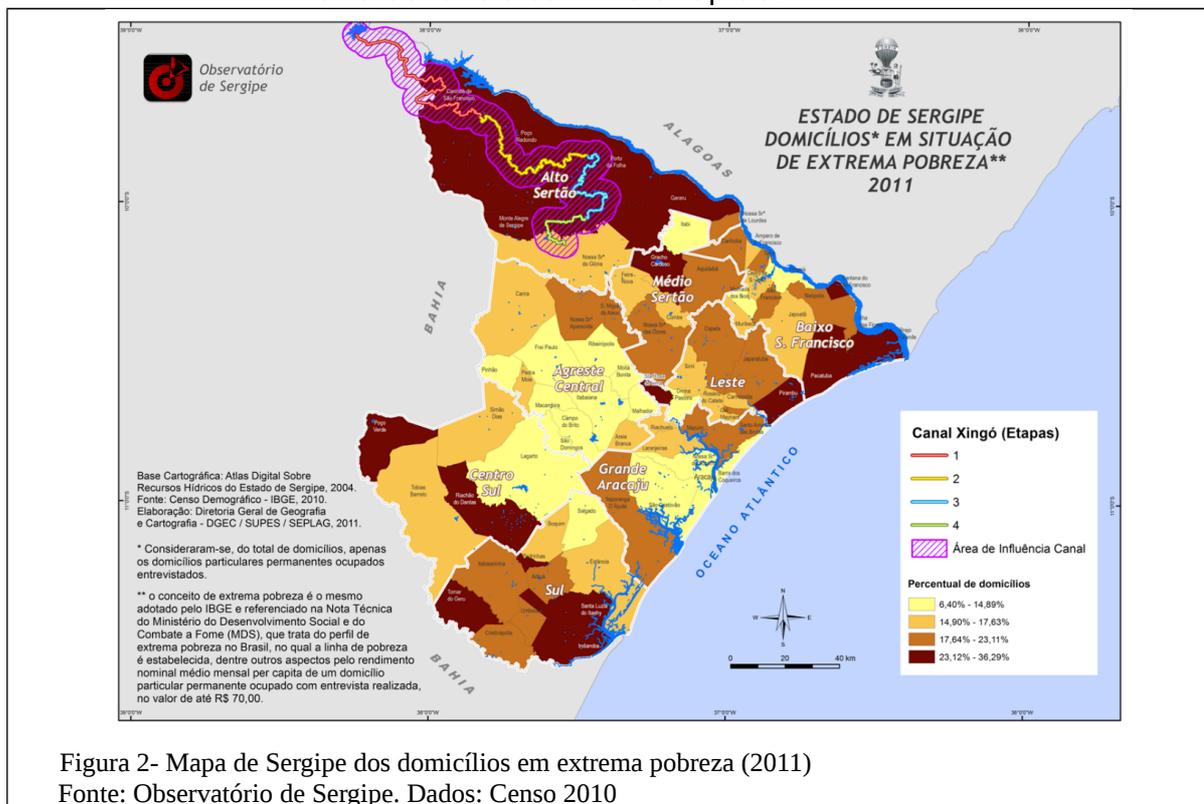


Figura 2- Mapa de Sergipe dos domicílios em extrema pobreza (2011)

Fonte: Observatório de Sergipe. Dados: Censo 2010

Se por um lado se torna necessária a execução de uma obra de infraestrutura hídrica desse porte para justificá-la como uma política de diminuição das desigualdades, do estado de extrema pobreza em que se encontra a população do alto sertão sergipano, por outro, fica a

(83) 3322.3222

contato@conidis.com.br

www.conidis.com.br

reflexão de seu contraditório: Como que um município que duplicou sua população, fragmentou a estrutura fundiária e agrária com dezenas de assentamentos rurais e ainda sendo o possuidor do maior índice per capita do PIB estadual, permanece com taxa tão altas de extrema pobreza?

Um dos motivos de se escolher o município de Canindé do São Francisco como estudo de caso da tese, foi a gritante percepção que nessa localidade estavam outorgadas, direito de captar os maiores volumes no Brasil no biênio 2003-2004 no Rio São Francisco e que ainda estão em vigor. Apesar da sinalização desse aporte de água para o município, na atualidade existem assentamentos com lotes distribuídos a sete quilômetros da beira do rio São Francisco que ainda não possuem água. Quem são de fato os “donos” desses volumes de água outorgados?

Um segundo motivador foi à fragmentação do território e da estrutura agrária promovida por movimentos de classe como o MST e a Pastoral da Terra. Mesmo com tantas concretizações de mudança no acesso à terra e transformações promovidas por como resultado da luta organizada pela terra e por fim, pelas políticas públicas que incrementaram volumosamente a população, proporcionados em grande parte pelos assentamentos rurais, não se percebem avanços de empoderamento político. O aporte significativo de aproximadamente três mil novos eleitores, eminentemente de origem agrária, de assentados rurais organizados pelo Movimento dos Sem Terra (MST), não significou um empoderamento dessa classe no jogo político local. As famílias assentadas jamais conseguiram eleger um representante oriundo do movimento social ou das associações de assentamento para a Câmara Legislativa desse município. Tal afirmação revela, a princípio a fragilidade da força política do MST na representação política partidária local diferentemente das conquistas obtidas no domínio territorial alcançado na luta pela terra. Talvez, essa fragilidade não transparente se observadas as conquistas de acesso à terra esteja alicerçada na não conquista ao direito de acesso a água.

Conclusão

Diante dos embates e disputas territoriais apresentados, e pelos conchavos políticos da classe dominadora no intuito de controlar o acesso a água, acredita-se nessa interpretação, que o município de Canindé do São Francisco (SE) deve ser considerado como um hidroterritório. Segundo TORRES (2007):

“[...] entende-se como *hidroterritórios*, aqueles territórios demarcados por questões de poder político e/ou cultural oriundas da gestão da água, assumindo assim, o papel determinante em sua ocupação. A princípio este território é demarcado pela disputa dos estoques de água, não se restringindo limites aos

aquíferos onde estão localizados, podendo inclusive gerar conflito pela posse e controle da água, por exemplo, pela implantação de um canal, barragem ou açude entre outras obras hídricas. No aspecto de formação territorial, o *hidroterritório* pode assumir dimensões e delimitações múltiplas, a origem e trajetória da água é que vai demarcar seu tamanho e forma. (...)A normatização da gestão da água em cada território é diversificada, e pode estar relacionada à cultura de um povo, quando uma comunidade em seu cotidiano expressa um conjunto de normas locais para administrar esse bem comum. Ou pode acontecer, por interesse de um agente privado de explorar, controlar e consumir a água, desprezando as demais necessidades da população. Em geral esse agente possui um status privilegiado na hierarquia social, que expressa nas ações para controlar a água do território. ” (TORRES, 2007; p. 14-15):

Levanta-se a questão da preocupante, a manipulação política que propaga a ideia de construir uma série de canais e adutoras, em planejamento ou em execução, pela CODEVASF, cuja a localização da captação se encontra a montante da transposição e no conjunto dessas estruturas hídrica, pretendem captar volumes ainda maiores que o outorgado para o Projeto de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PISF).

O município de Canindé de São Francisco (SE) passou por uma profunda modificação fundiária, em grande parte conduzida pelas lutas de acesso à terra promovido pela Pastoral da Terra e o Movimento dos Sem Terra (MST) nos últimos trinta anos. Porém o acesso à terra não veio atrelado ao direito de uso da água para a irrigação, no qual considera-se condição necessária para a melhoria de vida das 1.912 famílias assentadas nos assentamentos existentes no município.

A identificação de acesso a água outorgado em Canindé existe apenas para o assentamento Jacaré-Curitiba emitida, porém, nome da CODEVASF. Na lei das águas a outorga pode ser transferida para outrem caso o outorgado resolva transferi-la. Com a atual crise hídrica do Rio São Francisco e as contradições ali instaladas, podem ocorrer novos conflitos e lutas nos assentamentos rurais ali localizados. Uns pelo direito de acesso a água e outros pela titulação do direito de uso da outorga. Assim, é possível que em um futuro próximo novos hidroterritórios pedem ser concretizados no Alto Sertão Sergipano.

Por fim, percebe-se que a metodologia elaborada para aglutinar as outorgas, por período no polígono de cada município, de fato, serve para identificar temporalmente, os conflitos de uso e dominação das águas nos territórios

Referências:

ANDRADE, Manuel Correia de. A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 7ª. edição revista e aumentada, São Paulo: Cortez, 2005.
(83) 3322.3222
contato@conidis.com.br
www.conidis.com.br

CRESPO, A.P. e GUROVITZ; E. A POBREZA COMO UM FENÔMENO MULTIDIMENSIONAL. IN: RAE-eletrônica. Fundação Getúlio Vargas – Escola de Administração de Empresas de São Paulo.2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/raeel/v1n2/v1n2a03>

BRASIL, Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco. Plano Decenal de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco –PBHSF (2004-2013) – Resumo Executivo. Brasília: ANA, 2004b

_____. Lei 9.433. Política nacional de recursos hídricos. Brasília: Secretaria de Recursos Hídricos, Ministério do Meio Ambiente dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, 1997.

INCRA. Desenvolvimento Territorial no Alto Sertão Sergipano: diagnóstico, assentamentos de reforma agrária e propostas de política. CENTRO DE CAPACITAÇÃO CANUDOS .2006

LOPES; E.S.A. Um Balanço da Luta pela Terra em Sergipe – 1985/2005. SCIENTIA PLENA VOL. 3, NUM 1 2007. Disponível em: [http://mstemdados.org/sites/default/files/Um%20balanco%20da%20luta%20pela%20terra%20em%20Sergipe%20\(1985-2005\)%20-%20Eliano%20Sergio%20Lopes%20-%202007.pdf](http://mstemdados.org/sites/default/files/Um%20balanco%20da%20luta%20pela%20terra%20em%20Sergipe%20(1985-2005)%20-%20Eliano%20Sergio%20Lopes%20-%202007.pdf). Acessado em 10 de junho de 2015

SERGIPE. Programa de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido Sergipano – Projeto Manoel Dionizio Cruz BR-L1012. Proposta de ajuste. Aracajú. 2008

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Camponeses e criadores na formação social da miséria – Porto da Folha no Sertão do São Francisco (1820-1920). Dissertação de mestrado em História, Rio de Janeiro, UFF, 1981.

TORRES, A.T.G. Hidroterritórios (novos territórios da água): os instrumentos de gestão dos recursos hídricos e seus impactos nos arranjos territoriais. 2007. 121 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.

